

Processos de Subjetivação de Gênero de Casais em Situação de Violência Conjugal

Procesos de Subjetivación de Género de Parejas en Situación de Violencia Conyugal

Gender Subjectivation Processes of Couples in Situations of Conjugal Violence

Kamilly Souza do Vale

Adelma Pimentel

Anna Beatriz Alves Lopes

Resumo: Este artigo objetiva compreender os processos de subjetivação de Gênero em casais heterossexuais em situação de violência conjugal. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado realizada no programado de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará (PPGP/UFPA). Realizou-se uma pesquisa-intervenção e teve como base epistemológica a hermenêutica do discurso, inspirada nas obras de Paul Ricouer. Os resultados demonstram que os conflitos conjugais aconteciam diariamente e sem espaço para o diálogo, sendo os processos de subjetivação de gênero pontos centrais para a manutenção da dinâmica relacional violenta. Conclui-se que os modos diferentes de existir dificultam a convivência entre ambos, no entanto, a intervenção clínica contribuiu para a revisão, pelos casais, de seus processos de subjetivação.

Palavras-chave: Gênero. Violência conjugal. Casal.

Resumen: Este artículo objetiva comprender los procesos de subjetivación de Género en parejas heterossexuales en situación de violencia conyugal. Este estudio, se trata de un recorte de una investigación de doctorado realizada en el programa de Postgrado de la Universidad Federal de Pará (PPGP/UFPA). Se realizó una investigación-intervención y tuvo como base epistemológica hermenéutica del discurso, inspirada en las obras del Paul Ricouer. Los resultados de la investigación demuestran que, en el cotidiano, los conflictos conyugales ocurrían diariamente y no había diálogo entre las parejas, siendo los procesos de subjetivación de género puntos centrales para el mantenimiento de la dinámica relacional violenta. Se concluye que los modos diferentes de existir dificultan la convivencia entre ambos, sin embargo, la intervención clínica contribuyó a la revisión por las parejas de sus procesos de subjetivación.

Palabras clave: Género. Violencia conyugal. Pareja.

Abstract: This article aims to understand the processes of Gender subjectivation in heterosexual couples living in a conjugal violence situation. This study is a cut of a doctoral research carried out in the Graduate Program of the Federal University of Pará (PPGP / UFPA). An intervention research was carried out and it was based on epistemological hermeneutics of discourse, based on Paul Ricouer. The results of this work show that, in daily life, marital conflicts occurred daily and there was no room for dialogue between couples, and the processes of gender subjectivation are central points for the maintenance of violent relational dynamics. It is concluded that the different ways of existence make it difficult to coexist between them, however, clinical intervention contributed to the review by couples of their personal processes.

Keywords: Gender. Marital violence. Couple.

Kamilly Souza do Vale – Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Pará UFPA-PPGP – Linha de pesquisa: fenomenologia: teoria e clínica. E-mail: k.millyvale@gmail.com

Adelma Pimentel – PHD em Psicopatologia e psicologia do desenvolvimento pela UEVORA-PT. Docente da faculdade de Psicologia/UFPA. Coordenadora do NUFEN (Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas). Linha de pesquisa: fenomenologia – teoria e clínica. E-mail: adelmapi@ufpa.br

Anna Beatriz Alves Lopes – Mestre em psicologia pela UFPA/PPGP. Linha de pesquisa: fenomenologia: teoria e clínica – Participou do estudo na condição de co-terapeuta, sob orientação da Profª Drª Adelma Pimentel.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a violência doméstica contra mulheres e entre os cônjuges configura o maior percentual de casos notificados (WAISELFISZ, 2015). Segundo a atualização do *Mapa da Violência de 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*, o país saltou do 7º lugar, em 2012, para o 5º, em 2015, na posição de violência contra mulheres, sendo que os dados referentes ao estado do Pará apontam uma modificação, saindo da 4ª posição em 2012 e avançando para a 10ª em 2015 (WAISELFISZ, 2012, 2015).

De acordo com o levantamento dos casos, na população de adolescentes, 23,2% das agressões são cometidas pelos cônjuges, ex-cônjuges, namorados e ex-namorados; no grupo de mulheres jovens, esse número aumenta para 50,2%, quase se equiparando com o valor da porcentagem população de mulheres adultas, que é de 49,8%. Com relação aos homens adultos, os dados demonstram que o percentual cai pela metade (WAISELFISZ, 2015).

Pimentel (2011) afirma que “a violência praticada entre os cônjuges é proveniente da ação de várias ideologias: a) capitalista; b) patriarcal; c) científica; d) religiosa; e) estatal” (p. 23). Nesse sentido, a prática da violência conjugal e privada se insere no campo da perspectiva relacional, abrangendo os sujeitos sem distinção de sexo, raça, gênero e qualquer outra identidade social.

Ao refletir sob os aspectos que englobam a relação conjugal de casais heterossexuais, é primordial a compreensão inicial acerca do modo como as subjetividades “femininas” e “masculinas” são construídas, já que a conjugalidade requer o encontro de duas pessoas e se configura como um lugar de construção de sentimentos, expectativas e idealizações.

A partir da organização dos movimentos sociais feministas e da grande mobilização gerada desde então, foram criadas políticas públicas voltadas para esta demanda, na tentativa de frear casos desta natureza e impedir que estes reincidam, como é o caso da criação da Lei 11.340/2006 (BRASIL, 2006), denominada Lei Maria da Penha, que, ao ser sancionada, respaldou legalmente as instituições responsáveis em dar proteção e oferecer atendimento às mulheres, como as Delegacias da Mulher (DEAM), Centros Especializados de Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica, Núcleos de Atendimento Jurídico à Mulher, Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), casas de passagem e abrigos para mulheres.

No entanto, mesmo com todas as conquistas e avanços obtidos pelo movimento feminista, até agora a violência conjugal ainda se mantém como uma extensão da exclusão vividos pelas mulheres (CORTEZ; SOUZA; QUEIRÓZ, 2010). Ao que se referem as questões que envolvem os homens, a temática da violência masculina no espaço privado só repercutiu, efetivamente, após as mudanças de perspectivas no que se refere à morbimortalidade entre homens e mulheres (COUTO E SCHRAIBER, 2005).

Assim, a partir das teorias feministas e das análises sobre a violência masculina na vida pública que se iniciou a compreensão de que homens e mulheres, ainda que de diferentes formas, vivenciam problemas de saúde decorrentes da violência conjugal, corroborando com a perspectiva de que o homem também pode sofrer violência, já que mulheres e homens podem ser igualmente abusivos em seus relacionamentos.

Deste modo, resguardando as questões que envolvem a dimensão tradicional do modelo social de patriarcado no qual ainda estamos inseridos, mesmo com todos os avanços nos estudos sobre feminismo, masculinidades e gênero, alguns homens também vivenciam situações de violência na conjugalidade (PIMENTEL, 2016; DEBERT; GREGORI, 2008; BÉLANGER; MATHIEU; BRISEBOIS, 2013).

Tal perspectiva assinala a importância de levar em consideração a configuração das relações estabelecidas entre os casais, a partir de uma ótica que engloba o contexto no qual estão inseridos socialmente, suas crenças, valores e modos de existir, rompendo com o viés naturalizante sobre a violência conjugal.

1. Questões de gênero

Compreendemos que as condições masculina e feminina são produzidas culturalmente e, assim, antes de se constituir como uma orientação sexual, ou atributos deste ou daquele gênero, estão, também, relacionadas ao tipo de poder que a sociedade convencionada, principalmente quando este é referendado por um sistema patriarcal (ROCHA, 2005).

Pondaag (2009) destaca que

A socialização das mulheres passa pela transmissão de valores, de habilidades relacionadas ao exercício da maternidade: o cuidado do outro, a empatia, o alcance do ponto de vista do outro. Por outro lado, a socialização dos homens visa orientá-los para o reconhecimento e desenvolvimento de um lugar de poder, para avaliar e adotar atitudes compatíveis com a consecução de seus objetivos, para sustentar sua própria posição e ponto de vista. (p. 26).

Ghilard-Lucena (2008) revela o papel fundamental da mídia, que gera e propaga os sentidos determinantes da forma como os gêneros – feminino e masculino – são vistos pelos indivíduos, considerando que a globalização provoca um impacto que repercute na sociedade descontinuidades, fragmentações, rupturas e deslocamentos, tornando-se primordial que novas identidades sejam construídas. Vinculado a este contexto, levanta-se a reflexão acerca do papel da família e dos arranjos familiares contemporâneos (re-casamentos, unifamílias e famílias homoafetivas) enquanto locus primário no qual as normas e os valores culturais são transmitidos.

Na tentativa de desconstrução de processos binários que reproduzem atitudes essencialmente femininas ou masculinas é que as teorias feministas buscam arremeter um conjunto de práticas e atores em favor da igualdade política e de direitos entre homens e mulheres, reivindicando, por exemplo, direito ao voto, ao livre exercício de atividades laborais, bem como reformular a organização da sociedade patriarcal, oportunizando um novo olhar sobre a mulher e mudanças no paradigma familiar.

Partindo das reivindicações desses movimentos em favor da mulher é que se inicia o debate acerca do conceito de gênero, com objetivo precípuo de expor a insatisfação e as preocupações sociopolíticas das mulheres contemporâneas da década de 1960 (LOURO, 1997).

O desdobramento dessas reflexões permite deixar de olhar a condição feminina a partir da tese de “verdade universal e essencialista”, que considera a natureza feminina como subjugada ao masculino, sendo esta uma preconização do patriarcado. Inicia-se, então, o processo de “desconstrução” da visão e da prática binária e sexista em relação a sexo/poder (FERREIRA, 2010). Dialogando com autores da antropologia e sociologia, o conceito de gênero proposto por Scott (1995) o considera como uma categoria analítica, o qual se constitui através das relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, e, também, seria a primeira forma de vivência das relações de poder.

Ressaltamos, ainda, que a “ideia” de que homens e mulheres têm papéis a desempenhar pré-determinados biologicamente se contrapõe à premissa da abordagem gestáltica, ampliando a percepção do conceito de gênero, vendo-o de maneira holística e relacional. “A proposta gestáltica está profundamente comprometida com a desconstrução da perspectiva de pensamentos binários” (ROCHA, 2005, p. 208), apresentando, assim, um olhar não apenas psicológico no que se refere a esta temática, mas uma visão biopsicossocial.

Corroborando com esta perspectiva, entendemos a necessidade de compreender e dar voz, também, aos homens que vivenciam a dinâmica conjugal violenta, considerando que a crise da identidade masculina ou a “crise do macho” é um desdobramento dos questionamentos frequentes dos movimentos feministas frente ao papel hegemônico do homem no que se refere à questão sexual e de gênero, a maior inserção da mulher no mundo do trabalho, à divisão de tarefas domésticas e responsabilidades com os filhos, ao poder, à reestruturação do conceito de família, entre outros, o que tem levado o homem contemporâneo a repensar os modelos de construção de sua identidade masculina, que perpassam, de um lado, por atitudes e valores normativos e, de outro, por pluralidade de modelos, quanto ao gênero e ao papel sexual (ARENT, 1999; JABLONSKI, 1998; SILVA, 2013).

Passos (2008) afirma que, mesmo com diversas conquistas dos movimentos feministas e das mulheres, ainda nos deparamos, no Brasil, com desigualdades de gênero marcantes, que podem ser visualizadas na forma como homens e mulheres são educados. Para o autor, a diferenciação não ocorre por respeito às diferenças, mas para formar sujeitos desiguais, suscitando estereótipos e papéis a serem desenvolvidos.

Para Braz (2005) a subjetivação masculina é baseada na força, no domínio e no machismo, é constituída na complexidade das culturas que criticam e estimulam a manutenção das desigualdades intra e entre gêneros.

No entanto, compreendemos que os homens podem vivenciar não apenas a masculinidade hegemônica (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; GROSSI, 2004; WELZER-LANG, 2001), vista como uma oposição ao feminino e uma universalização dominante nas relações entre homens e mulheres, mas vivenciar a diversidade nas “Masculinidades”, conceito proposto por Carrara (1999), constituindo-se, assim, como um marcador de identidade social e que possibilita uma análise mais integradora do processo de constituição da subjetividade do indivíduo. Assim, é importante para a superação de mitos e reformulação da relação interpessoal ativar o diálogo entre mulheres e homens, fomentando a reflexão acerca das atitudes e comportamentos repassados de geração a geração.

O discurso dos homens tem revelado sentimentos de angústia e insegurança frente a estas novas exigências, pela dificuldade em perder o seu modelo tradicional de homem/macho, viril, que não pode “permitir” o jugo da mulher nem ser dominado pela mesma, sendo-lhes atribuídas características como: frieza, agressividade, objetividade; e, concomitantemente, uma nova postura, mais aberta e flexível, na qual seja possível compartilhar tarefas até então consideradas essencialmente femininas, que lhe é exigida (ARENT, 1999; CONNELL, 1995; FERRAZ; PIRES, 2008; GROSSI, 2004; PIMENTEL, 2011). Infere-se que até a expressão de sentimentos como angústia e insegurança já se deve a essa nova forma de se reconhecer do homem, principalmente, no que se refere às emoções, oportunizando uma ressignificação acerca de si mesmo e nas relações sociais.

No que se refere ao conceito contemporâneo de gênero, utiliza-se a proposição elaborada por Lauretis (1994), por considerá-la mais abrangente. A ideia de engendramento proposta pela

autora permite pensar gênero como relações de/entre sujeitos engendrados, além de acercar-se da multiplicidade, do contraditório, do complexo e heterogêneo. Para esta autora, as mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero ao mesmo tempo, dentro e fora da representação. Ao fomentar essa forma de entender o conceito de gênero, Lauretis (1994) amplia toda a concepção sobre o assunto que, comumente, se ocupa dos aspectos dualistas.

Desta forma, gênero deixa de ser entendido a partir da *diferença de gêneros*, passando a ser pensando como *relações de gênero*. Esta concepção, como uma categoria para analisar as relações entre homens e mulheres e as condições sociais das diferenças sexuais, propiciou, segundo Machado (2000), um novo paradigma metodológico, pois afirmou a ruptura entre a noção biologicista do sexo e a noção sociocultural, privilegiando, metodologicamente, as relações e a transversalidade de gênero.

Braz (2005) revela que as investigações sobre o gênero masculino são mais difíceis de realizar. Experiências clínicas de escuta informal e a troca de experiência confirmam tal afirmativa, pois se percebem limites na expressão comunicativa do homem, ou seja, uma dificuldade em revelar o sentido do que sentem e vivem, o que requer a desconstrução da imagem social e, por vezes, da autoimagem, pois, no imaginário cultural, a existência masculina é caracterizada pela virilidade e determinação, entre outras qualidades. Colocar-se e identificar-se como vítima ainda é, para muitos homens, um fato repleto de preconceitos e tabus.

Manter tal imagem possui um ônus que é, na maioria das vezes, um preço emocional muito alto para a manutenção de um perfil de masculinidade. Por rejeitar desconstruir tal “mito”, por vezes, os homens adoecem de modo psicossomático ou cometem atos de violência contra a mulher ou contra os filhos. Nesses casos, o conflito conjugal pode tornar-se intenso e recorrente, desgastando os vínculos entre o casal, e acarretar a dissolução do casamento.

No Brasil, as marcas do conservadorismo do modelo de patriarcado e da ideologia cristã, presentes em diversos graus na subjetividade masculina e no exercício da paternidade brasileira, remontam ao período colônia; contudo, atualmente, há algumas aprendizagens contidas nas sociabilidades dos homens que favorecem o reconhecimento da autonomia afetiva e sexual das mulheres, bem como um desenho mais democrático da conjugalidade.

Assim, as relações conjugais passam pela necessidade de enfrentar esses desafios, na tentativa de manter-se como um dos arranjos possíveis, permanecendo alguns valores tradicionais, simultaneamente com as mudanças e as transformações apontadas.

2. A dinâmica conjugal violenta

Entende-se que a violência se apresenta como um fenômeno global, atingindo a vida privada e pública em todos os seus aspectos, de forma visível ou não (CHESNAIS, 1981). Ocorre quando tem a intenção de, deliberadamente, infligir um dano a alguém, gerando um atentado contra a integridade física e psíquica do indivíduo, acompanhado por um sentimento de coerção e perigo (PERRONE; NANNINI, 1998).

Para Maffesoli (1987), é uma maneira cômoda de reunir tudo o que se refere à luta, ao conflito, ao combate, ou seja, à parte sombria que sempre atormenta o corpo individual ou social, não podendo ser justificada e entendida como um processo natural, já que se configura como um ato, um discurso, um instrumento de coerção, tendo como consequência o assujeitamento do outro, quando o controle não pode ser alcançado pelo diálogo e pelo consenso (ARENDETT, 2010).

Segundo Arendt (2010), a violência é vista como um instrumento utilizado para o alcance de determinado fim, sendo fenomenologicamente vinculada ao conceito de vigor, o qual é entendido como algo que compõe o sujeito, que é pertencente a ele mesmo, que se apresenta na relação e que tende a provar sua grandeza em detrimento do outro. Assim, não é compreendida como um atributo ou manifestação da natureza humana.

Na especificidade da violência entre gêneros, a partir de 1990, com o desenvolvimento dos estudos feministas, o termo “violência de gênero” passou a ser utilizado por ser considerado como um conceito mais amplo que “violência contra a mulher”, visto que abrange não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes, objeto da violência masculina, que no Brasil é constitutiva das relações de gênero e se produz e reproduz nas relações de poder onde se entrelaçam as categorias de gênero, classe e raça/etnia (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; ARAÚJO, 2003).

No entanto, tal proposição ainda reduzia a conceituação do termo ao dilema da vitimização da mulher, vista como passiva em detrimento da dominação masculina, considerado ativo nas relações, e não considerando os processos de subjetivação e a diversidade sexual. Desse modo, em consonância com os estudos de relações de gênero, atualmente, o termo “violência de gênero” é também muito usado como sinônimo de violência conjugal, por englobar diferentes formas de violência envolvendo relações de gênero e por ser cometida entre os atores que compõem o vínculo íntimo estável entre parceiros e parceiras (ARAÚJO, 2003; ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004; DEBERT; GREGORI, 2008).

Corroborando com essa perspectiva, Bélanger, Mathieu e Brisebois (2013) propõem que

[...] nós devíamos olhar para além das formas tradicionais de investigar a violência conjugal e tentar entender e explicar o problema levando em consideração que homens e mulheres podem se revezar nos papéis de vítimas e perpetradores de violência. (p. 858).

A cultura permeada pelo patriarcado é um dos fatores importantes na construção das interações estabelecidas entre os pares, legitimando o poder masculino sobre as mulheres, na repetição e multiplicação de crenças que culpabilizam a vítima, impedindo-a de procurar ajuda ou realizar mudanças em sua vida. Essa visão acerca da violência conjugal parece estar alicerçada sobre a concepção de que este é um fenômeno exclusivamente privado às casas das famílias, dificultando, assim, a ampliação e compreensão das relações violentas, considerando os diversos contextos que envolvem a situação (DOURADO; NORONHA, 2014; LAMOGLIA; MINAYO, 2009; MACHADO et al., 2009; SILVA; COELHO; NJAINE, 2014).

O termo patriarcado refere-se a modos de dominação e controle do corpo, da sexualidade, do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. A forma arcaica está presente na família em que o *famulus* detinha o poder de vida e morte dos agregados e escravos. A forma atual inclui marcadores sociais da diferença como raça, etnia, classe econômica, mantendo a exploração do trabalho das mulheres como um dos símbolos da forma contratual de patriarcado (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995; MACHADO, 2000).

Historicamente, nas relações conjugais dos séculos XVI e XVII, o marido ocupava a posição de superioridade, detendo total poder sobre a vida a dois. O casal exercia seus papéis distintamente; o marido era provedor e a esposa responsável pelo lar e filhos, não havendo questionamentos sobre esta forma, nem se esta relação propiciava satisfação ou não (FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Ainda segundo as autoras, é a partir do século XVIII que os jovens passaram a valorizar os sentimentos, sendo os aspectos financeiros ou o desejo dos pais na escolha do cônjuge uma possibilidade menor a ser escolhida. É somente no século XIX que o casamento incorpora o amor conjugal enquanto atributo valorizado para a relação familiar e conjugal saudáveis. Conforme ressalta Costa (1979), o amor é, então, capturado como ferramenta de estratégia higienista, e passam a ser levantados critérios para uma escolha de cônjuges saudáveis, associados à procriação.

O foco central da atenção é modificado: enquanto no casamento antigo a riqueza e a herança eram os pré-requisitos para a aliança conjugal, no “casamento higiênico”, a hereditariedade passa a ser mais importante, o corpo e a vida sexual se sobrepõem à linhagem e à nobreza do nome; a saúde passa a ser um valor. Contudo, vale ressaltar que, até a década de 1970, o marido era o chefe da família e detinha total poder, sendo os bens da mulher ainda administrados por este, e, ainda hoje, é possível encontrar modelos conjugais alicerçados sob esta égide.

Assim, a partir da *desconstrução* dessa crença baseada na concepção de família nuclear, na qual apenas a união heterossexual era legitimada, revela-se, contemporaneamente, um conceito de família nas quais questões igualitárias e de gênero se fazem presentes, respeitando os sujeitos nas suas especificidades e considerando as diferenças, incluindo, assim, a união homossexual enquanto possibilidade de constituição familiar.

Sob a perspectiva da abordagem gestáltica, Silveira (2007) considera o espaço conjugal uma totalidade com necessidades emergentes, delimitado por uma fronteira; quando duas pessoas se casam, constroem uma nova totalidade. A fronteira do “nós” ou da conjugalidade estabelecerá os limites do que é vivido em comum.

Dentre essas transformações citadas, verifica-se que o amor se inclui na perspectiva de uma releitura, baseada na cultura vigente. Sobre este aspecto, Trigo (1989) revela que “ao mesmo tempo em que o século XX avança trazendo profundas mudanças na ordem econômica e social, as ideologias sobre o amor tornam-se cada vez mais impregnadas de características individualistas e personalistas” (p. 93).

Segundo Cardella (2009), a vivência do paradoxo de que o senso de separação possibilita o senso de união e vice-versa é o grande desafio do casamento na atualidade. Não raro, na vida pós-moderna, os casais vivenciam uma ansiedade entre a vida em comum e os desejos individuais.

O cenário configura-se com grandes modificações de comportamentos e de identidades, desencadeando novos tipos de relacionamentos, muito mais efêmeros, frágeis, superficiais, ausentes de cuidado ao outro, e que podem incluir a violência (FRAZÃO; ROCHA, 2005; LINO, 2009; ROCHA, 2005; VALE; PIMENTEL, 2012).

Os estudos admitem articular a compreensão do tema a estratégias de atuação e cuidado aos sujeitos envolvidos na situação de violência, o que configura uma perspectiva integradora (ALVIM; SOUZA, 2005; LAMOGIA; MINAYO, 2009; SILVA; COELHO; NJAINE, 2014).

Os achados indicam que foi através da perspectiva feminista relacional e das análises sobre a violência masculina na vida pública que foram geradas questões voltadas a ambos os cônjuges na produção do convívio violento, mediadas pelas construções sociais de gênero, possibilitando, assim, a compreensão de que homens e mulheres, ainda que de diferentes formas, vivenciam intenso sofrimento psíquico, prejuízos na qualidade de vida e problemas de saúde decorrentes da violência (DANTAS-BERGER; GIFFIN, 2005; GOMES et al., 2012; OLIVEIRA; GOMES, 2011; PAIXÃO et al., 2014; ROSA et al., 2008; VIEIRA; PERDONA; SANTOS, 2011).

Tais questões revelam ser fundamental investimentos em aspectos culturais que considerem as questões de gênero para extinguir a desnaturalização da violência, bem como a necessidade de investimentos que alcancem mais do que o viés criminalizante da Lei, uma vez que nela, e também em outras políticas, há pontos voltados à educação, saúde e prevenção, os quais, ignorados, impedem que medidas mais adequadas sejam tomadas para o enfrentamento da violência conjugal.

3. Método

Configurou-se, portanto, como pesquisa-intervenção, em virtude de a pesquisadora e os envolvidos na situação desempenharem um papel ativo na compreensão e na busca de formas de atuação diante do problema proposto.

A epistemologia fenomenológica é o aporte filosófico que balizou a pesquisa, a partir da hermenêutica da linguagem e da análise do discurso proposta por Paul Ricoeur, o qual considera que “O sentido de um texto não está por trás do texto, mas à sua frente. Não é algo oculto, mas algo de descoberto. [...] Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para a referência: do que ele diz para aquilo de que ele fala” (RICOEUR, 1987, p. 99). Também se integra à proposta metodológica a visão antropológica Gestáltica a partir da noção de *Contato*, *Awareness* e de *Intencionalidade da consciência* que emergem na relação estabelecida e nos discursos dos participantes.

O estudo foi aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer nº 2.432.253, sendo a coleta realizada entre setembro de 2016 e o início de março de 2017.

Os participantes foram três (3) casais heterossexuais, formados pelo homem, que se encontra em cumprimento de pena em virtude de violência conjugal, e pela mulher, à qual a violência foi impetrada e que, mesmo após a denúncia, mantém o relacionamento conjugal. Sendo tais os critérios de inclusão para a realização da pesquisa, foram excluídos os casais que não aceitaram fazer parte do grupo e aqueles que, após a situação de violência, romperam o vínculo conjugal.

Foi realizado um trabalho de grupo psicoterapêutico com casais, do tipo fechado, não sendo aceita a inserção de outros membros a partir do momento em que o trabalho foi iniciado. Foram realizadas sessões semanais, com duas horas (2h) de duração cada, totalizando 17 sessões, que foram gravadas em áudio, conforme acordado com os participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Cada sessão foi transcrita em formato de trechos que consideramos mais pertinentes para a análise dos dados, impressa e analisada.

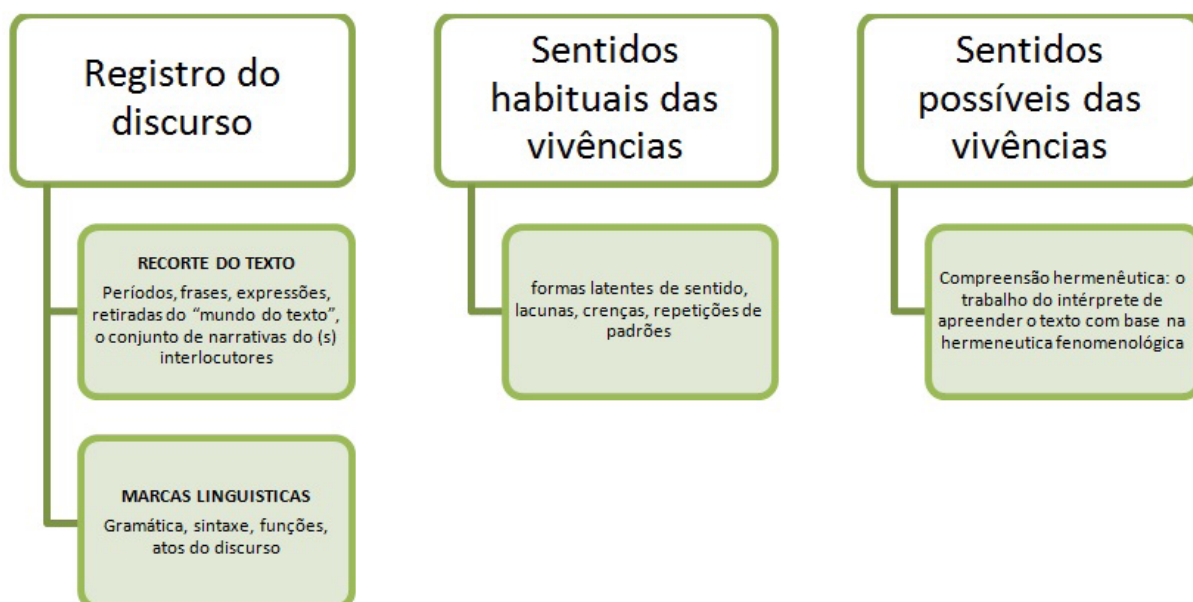
4. Análise de dados

As narrativas e a expressão dos casais, através da linguagem, durante as sessões de psicoterapia de grupo, foram os dados analisados. No entanto, para a composição deste artigo, o recorte utilizado foi a Unidade de Sentido: Processos de Subjetivação de Gênero. A proposta interventiva considerou a dimensão dialógica, ao abrir espaço para a expressão dos sentimentos na presença do parceiro e de outras pessoas que compõem o grupo, favorecendo o entendimento de como o outro afeta e é afetado, individualmente ou em grupo, assim como possibilitou a ressignificação das situações vivenciadas, a tomada de consciência de suas ações e a dinâmica da relação conjugal.

Identificamos o registro do discurso que é apreendido no recorte do texto, frases, períodos, expressões retiradas do “*mundo do texto*”, através das marcas linguísticas encontradas na gramática, sintaxe, funções e atos do discurso (locucionário, ilocucionário e perlocucionário), as delimitações feitas pelo interlocutor, ou seja, o que a pessoa fala, como fala e para quem fala; seguindo o fluxo da análise com a observação dos sentidos habituais das vivências verificadas nas formas latentes de sentido, lacunas, crenças e/ou repetições significadas pelo sujeito para que possamos realizar a compreensão hermenêutica e alcançar os sentidos possíveis das vivências.

A partir da realização da compreensão fenomenológica hermenêutica, identifiquei os sentidos criativos na vivência dos casais. Tais sentidos configuram-se como a capacidade de atualização e ressignificações presentes nos discursos dos mesmos, após a intervenção em grupo realizada. Para apreensão pelo leitor do caminho analítico, apresentamos o fluxograma elaborado por Pimentel (2013) e atualizado por Pimentel e Diniz (2017).

Fluxograma 1 – Fluxograma da Análise Fenomonológica do Discurso



Fonte: Pimentel (2013); Pimentel e Diniz (2017).

5. Resultados e discussão

Durante a coleta de dados, percebeu-se que a organização do vínculo conjugal deriva da expectativa e da ideologia que cada um leva na convivência. Também observou-se que, ainda hoje, o ideal do amor romântico integra a base da relação conjugal. O sistema de ideias abrange a busca do “eterno encantamento”, demonstração de exclusiva atenção constante às demandas verbalizadas, demanda de cumplicidade advinda de apreensão mágica dos desejos não explicitados, potência sexual, cavalheirismo, fidelidade, oferta de presentes etc. Tanto as mulheres quanto os homens que colaboraram na pesquisa engendraram em seus discursos tais projeções (FÉRES-CARNEIRO; PONCIANO, 2003; JABLONSKI, 1998; PIMENTEL, 2011; PIRES, 2008). Entretanto, a experiência cotidiana não favorece a permanência de tal cenário idealizado, e o mesmo pode se desfazer ante aos elementos da realidade concreta vivenciada pelo casal, ocasionando conflitos violentos.

No dia a dia, se ambos não construírem formas de lidar com os conflitos na relação, potencializam-se forças desencadeadoras da ausência do cuidado, por exemplo: questões relacionadas à falta de dinheiro, educação dos filhos e as diferenças subjetivas entre os cônjuges (PIMENTEL, 2011; VALE, 2011).

Os participantes apontaram como fonte de conflito a entrada dos filhos no cotidiano, para alguns; dificuldade em conseguir separar o papel de pais do de casal, configurando uma rigidez no modo de vivenciar a conjugalidade e dificultando a possibilidade de encontrar outras formas criativas e saudáveis de interação. Em relação às diferenças, conjecturamos que o conflito violento se dá quando não há a anuência da expressividade do outro, anulando-o enquanto pessoa e impedindo-o de vivenciar sua autonomia.

6. Processos de subjetivação

Ao pensar os processos de subjetivação que envolvem as relações de gênero, percebe-se, no discurso dos casais, a presença marcante de padrões e estereótipos que permeiam a construção dos sentidos de “ser homem” e “ser mulher” a partir de um olhar heteronormativo, fixo e essencialista. Compreendo que tais fatores contribuem para dinâmicas relacionais violentas, já que “crenças patriarcais e sentidos de gênero contextualizam as identidades, a construção de papéis, a dinâmica relacional e a divisão de poderes no âmbito familiar. Carregados de tradicionalismo, se consolidam como alicerces para a violência” (PONDAAG, 2009, p. 24).

Observei, durante o processo psicoterapêutico dos casais, que ter um espaço para que ambos pudessem escutar, falar e serem ouvidos promoveu reflexões fundamentais para a identificação de questões que, no dia a dia, não são observadas e podem gerar descontentamentos, raiva e implicações no modo como se posicionam frente à relação conjugal. Muitas vezes, as falas giravam em torno de

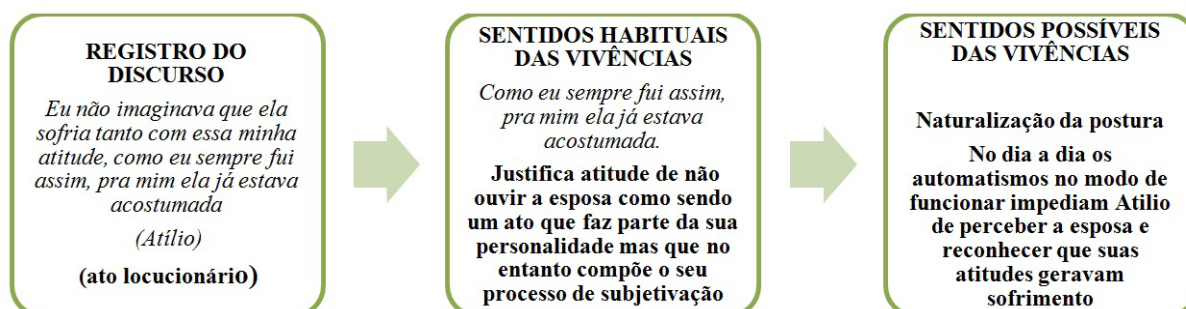
Eu já disse isso pra ele várias vezes em casa, mas parece que ele não me escuta. **(Helena)**.

Eu não imaginava que ela sofria tanto com essa minha atitude, como eu sempre fui assim, pra mim ela já estava acostumada. **(Atílio)**.

No discurso de Atílio, as frases “eu não imaginava” e “eu sempre fui assim” denotam os **sentidos habituais das vivências** referentes ao processo de subjetivação do participante, que justifica tal posicionamento no seu modo de ser, como se fizesse parte da sua personalidade e fosse algo inato ou parte de sua essência.

Ao compreender tal posicionamento, observei que Atílio desconsidera as marcas presentes na construção da sua subjetividade e na reverberação de tal fato na vida do outro, já que, no cotidiano, os automatismos no modo de funcionar impediam que ele percebesse a esposa e reconhecesse que suas atitudes geravam sofrimento à mesma. Nos **sentidos possíveis** de sua vivência, o participante traduzia tal posicionamento como algo natural, normatizado e aceito por ela. No Fluxograma 2, apresento a compreensão de tal perspectiva, presente no discurso de Atílio:

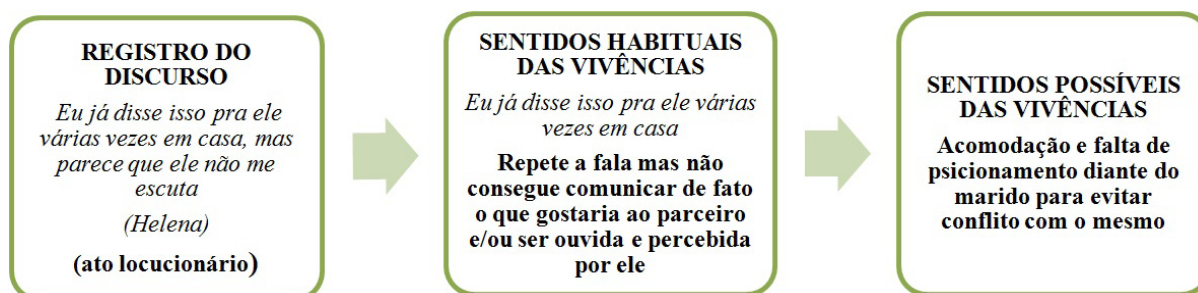
Fluxograma 2 – Atílio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Abaixo, o discurso de Helena é representado no Fluxograma 3, acerca do mesmo evento entre o casal:

Fluxograma 3 – Helena



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Helena ameniza a insatisfação por trás desta narrativa ao usar a palavra "parece", não fazendo uma afirmativa, mas deixando explícito o fato de não ser escutada. Os **sentidos possíveis** denotam que Helena se acomodou diante da postura do marido, não se posicionando diante do mesmo para evitar entrar em conflito. Ao pensar nos atos da fala como análise de interpretação de tal situação, observamos que a participante está inserida num grupo, composto por casais e por profissionais que "tecnicamente" a ajudariam a ser ouvida pelo companheiro. Em sua afirmativa, faz uso do modo indireto para comunicar que não se sente e não é ouvida.

Sobre este aspecto, Pondaag (2009) revela que a convivência conjugal e familiar requer a necessidade de posicionamentos frente ao outro. Assim, percebemos, no discurso dos casais, a recorrente tentativa de minimizar os danos e os impactos das ações violentas. Tanto os homens quanto as mulheres, geralmente, justificam tal ato como sendo algo intrínseco à sua personalidade, o que denota uma forte presença da naturalização do ato violento.

No discurso de Catarina e Petruchio, também é constante a presença dos estereótipos e de padrões para justificar atos violentos ou de submissão:

Eu sou homem, eu falo mais alto. Eu tenho uma forma agressiva e procuro gritar que é pra não bater! (**Petruchio**).

Ele como homem da casa é que tem que levar o dinheiro pra sustentar a gente. Eu já trabalho e quando chego preciso arrumar as coisas deixar tudo arrumado para o outro dia. **(Catarina).**

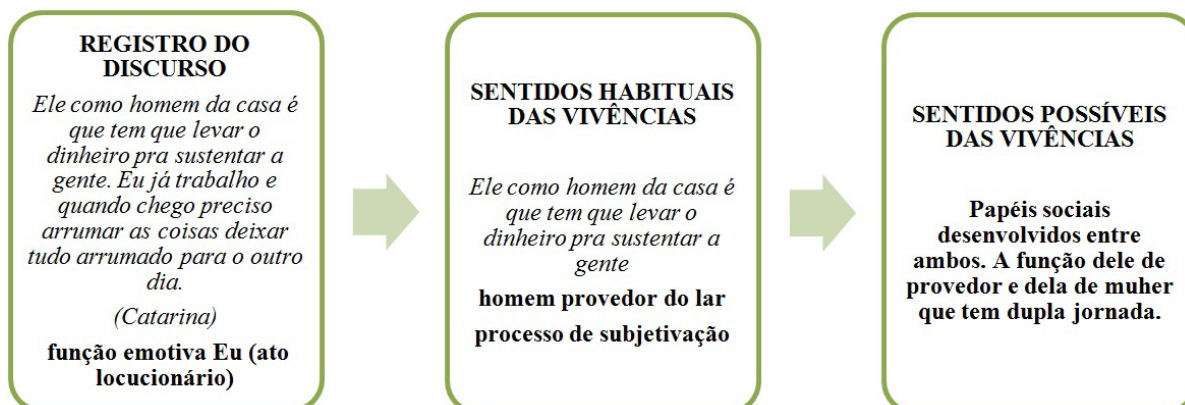
Abaixo, nos Fluxogramas 4 e 5, apresento a análise dos discursos de Petruchio e Catarina, respectivamente, acerca dos processos de subjetivação:

Fluxograma 4 – Petruchio



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

Fluxograma 5 – Catarina



Fonte: elaborado pela autora, 2017.

A análise dos fluxogramas 4 e 5 demonstram a socialização patriarcal imersa na dinâmica relacional do casal, ficando explícita a naturalização dos modos subjetivos patriarcais que ainda constituem a crença de que, por ser homem, Petruchio pode falar mais alto e está autorizado a gritar, xingar e bater como forma de expressar sua raiva ou ira; e para Catarina, que atribui o padrão normativo de que o homem é o provedor do lar, mesmo que, no momento da vida conjugal, ela estivesse contribuindo financeiramente dentro de casa mais do que ele.

Sobre o processo de subjetivação de homens, Boris (2004) corrobora

O sistema patriarcal desenvolveu um meio opressivo e violador pelo qual muitos homens, ainda hoje, continuam sendo socializados, o que produz seres mutilados, incapazes de integrar suas heranças paterna e materna, masculina e feminina, ativa e passiva, adotando um processo de diferenciação rígido e unilateral, voltado unicamente aos atributos viris. (p. 194).

Ao configurar um grupo e expressar o modo como se posicionam, os casais experimentaram ouvir o que pensam, sentem e, principalmente, como tais questões afetam aqueles que ouvem e quais reverberações surgem desse processo. Estar diante de uma situação que, invariavelmente, os coloca frente a *quem fala?, pra quê fala?, como fala?* e *quem ouve?* oportuniza a reflexão sobre a forma como atuam na vida, favorecendo o reconhecimento de possíveis modos rígidos e engessados de funcionamento, que impedem novas formas de agir e vivenciar trocas saudáveis com o outro.

Assim, ao reconhecer em seu processo de subjetivação apenas ações de não cuidado, posturas violentas e de não olhar na direção do outro, os casais tendem a reproduzir padrões conflituosos entre si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as sessões de psicoterapia de grupo, foi possível explorar os sentidos e significados que os casais atribuíam às suas experiências conjugais, permitindo que expressassem aquilo a que, muitas vezes, não davam visibilidade em suas relações. Os dados confirmam a construção da subjetividade como fundamental na percepção acerca da violência conjugal, já que envolvem as experiências pessoais de cada um.

Conclui-se que as relações são marcadas pelos processos culturais, intersubjetivos e subjetivos; tais estão relacionados ao modo como a dinâmica conjugal se estabelece e, conseqüentemente, a possíveis formas naturalizantes de definir e vivenciar a violência entre o casal.

Assim, a criatividade é um fator importante para o favorecimento de interações mais saudáveis entre o casal. Já que, atualmente, muitas ações são permeadas pelo medo, desconfiança e desigualdade entre os gêneros. Incluímos, também, a importância do autocuidado e do cuidado ao outro como atos que favorecem crescimento e transformações na interação, visto que permitem trocas afetivas, parcerias no cotidiano e a possibilidade de compartilhar as vicissitudes da rotina, que podem gerar cansaço e desgastes na relação (VALE, 2011).

REFERÊNCIAS

ALVIM, S.; SOUZA, L. Violência conjugal em uma perspectiva relacional: homens e mulheres agredidos/agressores. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 7, n. 2, p. 171-206, 2005.

ARAÚJO, M. F.; MARTINS, E. J. S.; SANTOS, A. L. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, M. F.; MATTIOLI, O. (Org.). *Gênero e violência*. São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 17-35.

ARAÚJO, M. F. Violência conjugal: uma proposta de intervenção com casais. In: FÉRES-CARNEIRO, T. (Org.). *Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas*. Rio de Janeiro: PUC Rio; São Paulo: Loyola, 2003. p. 185-199.

ARENDT, H. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ARENT, M. A crise do macho. In: ROSO, A. et al. *Gênero por escrito: saúde, identidade e trabalho*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

BÉLANGER, C.; MATHIEU, C.; BRISEBOIS, H. Perception of partner abuse and its impact on marital violence from both spouses. *Psychology*, v. 4, n. 11, p. 858-863, Nov. 2013. Disponível em: <<http://file.scirp.org/Html/40113.html>>. Acesso em: 8 set. 2017.

BORIS, G. D. J. B. A violência como produto da crise da condição masculina. In: MALUSCHKE, G.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F.; HERMANNNS, K. (Org.). *Direitos humanos e violência: desafios da ciência e da prática*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2004. p. 171-185.

BRASIL. *Lei nº 11.340*, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher... Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 8 set. 2017.

BRAZ, M. A construção da subjetividade masculina e seu impacto sobre saúde do homem: reflexão sobre justiça distributiva. *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 97-104, jan./mar. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n1/a10v10n1.pdf>>. Acesso em: 8 set. 2017.

CARDELLA, B. P. *Laços e nós: o amor e intimidade nas relações humanas*. São Paulo: Agora, 2009.

CARRARA, S. Debates. In: HEILBORN, M. L. (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

CHESNAIS, J. *Histoire de la violence: enoccident de 1800 à nos jours*. Paris: Éditions Robert Laffont, AS, 1981.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, jan./abr. 2013.

CONNELL, R. W. Políticas da masculinidade. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

CORTEZ, M. B.; SOUZA, L.; QUEIROZ, S. S. Violência entre parceiros íntimos: uma análise relacional. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 227-243, jul./dez. 2010.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

DANTAS-BERGER, S. M.; GIFFIN, K. A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 417-425, mar./abr. 2005.

DEBERT, G. G.; GREGORI, M. F. Violência e gênero: novas propostas, velhos dilemas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, fev. 2008.

DOURADO, S. de M.; NORONHA, C. V. A face marcada: as múltiplas implicações da vitimização feminina nas relações amorosas. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 623-643, 2014.

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003.

FERRAZ, M. M. S.; PIRES, V. L. Do machismo ao masculino: o vínculo das relações de gênero transformou o homem? In: GHILARDI-LUCENA, M. I.; OLIVEIRA, F. (Org.). *Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade*. Campinas, São Paulo: Alínea, 2008.

FERREIRA, W. B. *(In)visíveis sequelas: violência psicológica contra a mulher sob o enfoque gestáltico*. Belém, PA, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2010.

FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. *Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade*. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.

GHILARD-LUCENA, M. I. Discurso e gênero: uma questão de identidade. In: GHILARDI-LUCENA, M. I.; OLIVEIRA, F. (Org.). *Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade*. Campinas, SP: Alínea, 2008.

GOMES, N. P. et al. Violência conjugal: elementos que favorecem o reconhecimento do agravo. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 95, p. 514-522, out./dez. 2012.

GROSSI, M. P. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em Primeira Mão*, Florianópolis, p. 4-37, 2004.

JABLONSKI, B. *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

LAMOGLIA, C. V. A.; MINAYO, M. C. S. Violência conjugal, um problema social e de saúde pública: estudo em uma delegacia do interior do Estado do Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 2, p. 595-604, 2009.

LAURETIS, T. *A tecnologia do gênero*. In: HOLANDA, H. B. (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACHADO, C. et al. Crenças e atitudes dos profissionais face à violência conjugal. *Acta Med. Port.*, v. 22, p. 735-742, 2009.

MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: REUNIÃO BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA, 52., Brasília, DF, 2000. *[Anais...]* Brasília, DF: SBP, 2000.

MAFFESOLI, M. *A dinâmica da violência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, K. L. C.; GOMES, R. Homens e violência conjugal: uma análise de estudos brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2401-2413, 2011.

PAIXÃO, G. P. N. et al. Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, v. 23, n. 4, p. 1041-9, out./dez. 2014.

PASSOS, I. C. F. *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PERRONE, R.; NANNINI, M. *Violencia y abusos sexuales en la familia: un abordaje sistémico y comunicacional*. Buenos Aires: Paidós, 1998.

- PIMENTEL, A.; DINIZ, C. *Fluxograma da análise fenomenológica do discurso*. Belém, PA, 2017. No prelo.
- PIMENTEL, A. Grupos existenciais para conscientização de homens. *Rev. Nufen: Phenom. Interd.*, Belém, PA, v. 8, n. 1, p. 55-75, jan./jul. 2016.
- PIMENTEL, A. Pesquisa exploratória da violência psicológica por meio da linguagem. *Filol. Linguíst. Port.*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 7-26, jan./jun. 2013.
- PIMENTEL, A. *Violência psicológica conjugal: pesquisa e intervenção*. São Paulo: Summus, 2011.
- PIRES, A. S. R. *Estudo da conjugalidade e da parentalidade através da satisfação conjugal e da aliança parental*. Lisboa, 2008. Dissertação (Mestrado Integrado em Psicologia) – Universidade de Lisboa, Lisboa, PT, 2008.
- PONDAAG, M. C. M. *Sentidos da violência conjugal: a perspectiva de casais*. Brasília, DF, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.
- RICOEUR, P. *Teoria das interpretações*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- ROCHA, S. L. C. O. Gestalt e relações de gênero: a emergência de novas masculinidades e feminilidades nos modos de ser homem e mulher hoje. In: FRAZÃO, L. M.; ROCHA, S. L. C. O. *Gestalt e gênero: configurações do masculino e feminino na contemporaneidade*. Campinas, SP: Livro Pleno, 2005.
- ROSA, A. et al. A violência conjugal contra a mulher a partir da ótica do homem autor da violência. *Saúde Soc.*, São Paulo, v.17, n.3, p. 152-160, 2008.
- SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. de S. *Violência de gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.
- SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SILVA, A. C. L. G; COELHO, E. B. S; NJAINE, K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 4, p. 1255-1262, 2014.
- SILVA, A. K. L. Diversidade sexual e de gênero: a construção do sujeito social. *Revista do NUFEN*, Belém, PA, v. 5, n. 1, p. 12-25, jan./jul. 2013.
- SILVEIRA, T. M. O papel da criatividade nas relações conjugais: os limites do “eu” e os limites do “nós”. *Revista IGT na Rede*, v. 4, n. 7, 2007.
- TRIGO, M. H. B. Amor e casamento no século XX. In: D’INCAO, M. A. (Org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
- VALE, K. S. *A relação conjugal em debate: uma análise gestáltica*. Belém, PA, 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2011.



VALE, K. S.; PIMENTEL, A. Conjugalidades contemporâneas e a dificuldade em estabelecer vínculos. In: PIMENTEL, A. (Org.). *Gestaltens: pesquisas em educação, saúde e violências*. Belém: Amazônia Editora, 2012. .

VIEIRA, E. M.; PERDONA, G. S.; SANTOS, M. A. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. *Rev. Saúde Pública*, v. 45, n. 4. p. 730-737, 2011.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2012: Homicídio de mulheres no Brasil*. São Paulo: Instituto Cebela, 2012.

WASELFISZ, J. J. *Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília, DF: SPM/PR, 2015.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 460-482, 2001.